

## Movimento Feminista e a Força de Trabalho <sup>1</sup>

Jéssica Nascimento Costa<sup>2</sup>

Rodrigo Ferreira Vieira<sup>3</sup>

Faculdade Anhanguera de Jacareí, São Paulo

### RESUMO

Nosso tempo é resultado das profundas mudanças que a sociedade submeteu-se, a passagem do estado natural ao estado cultural, definido pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas como forma de oposição, sem dualidade ou alternância, apenas o sujeito e o outro “*aquele que não é eu*”. Simone de Beauvoir em seu livro “O segundo sexo”, trás uma reflexão das matrizes biológica, mística, social e econômica que envolve a mulher. E é sob está ótica que o presente artigo trás uma análise teórico-reflexivo, constituída com base em pesquisa bibliográfica, a partir das matrizes apresentadas por Beauvoir, com o objetivo de compreender como elas estão interligadas através do tempo, e a imprescindível evolução do pensamento da mulher sobre a mulher.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Feminista; Materialismo Histórico; Paternalismo; Simone de Beauvoir; Revolução.

### 1. INTRODUÇÃO

O movimento feminista tem sua história calcada dolorosamente sob a revolução e o anseio por emancipação – pela luta de classes e imersão na indústria capitalista como mão de obra. Sua jornada nos elucida todas as perspectivas de opressão e domínio na qual a mulher foi submetida ao longo dos tempos. Partindo deste axioma o presente artigo traz uma análise e uma reflexão a cerca das matrizes que envolvem as mulheres, bem como os fatores biológicos, mitológicos e paternalistas em consonância com o materialismo histórico e a força de trabalho feminina; contrapondo a sua historia a do homem – que conduz o curso da vida humana, desde o momento em que formou grupos e se proclamou como um ser social. Descreveremos então do ponto de vista das mulheres, o mundo que lhes é proposto.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 7 Comunicação, Espaço e Cidadania do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da Anhanguera de Jacareí/SP, email: [jessicacosta66@hotmail.com](mailto:jessicacosta66@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho, Jornalista, email: [rodrigovieira@jacarei.sp.leg.br](mailto:rodrigovieira@jacarei.sp.leg.br)

## 2. DADOS DA BIOLOGIA

Partindo do axioma biológico de que a mulher possui ovários, útero, produz estrogênio e progesterona; compreendemos que a mulher é dada como fêmea a partir das suas diferenças em vista da reprodução. Segundo (BEAUVOIR, 2017, p. 01) “A mulher? É muito simples, dizem os amadores de formulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea”. Existe a afirmação que tais hormônios produzidos pela mulher influem em seu comportamento, no contrário, o homem produz testosterona, que o influencia em um comportamento mais aguerrido frequentemente reconhecido como “macho alfa”, um líder. Logo nos apetece saber que a mulher não produz naturalmente testosterona, portanto, “não possui o traquejo para ser líder”.

Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!”. O termo fêmea é pejorativo não porque enraíza a mulher na natureza, mas porque a confina no seu sexo. E esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento. (IBID, 2017, p 01).

A contrariedade não reside na afirmação de que a mulher possui ovários e útero, mas na enunciação que essa condição a torna inferior no sentido moral, político ou intelectual em comparação ao homem.

No que concerne à mulher, seu complexo de inferioridade assume a forma de uma recusa envergonhada da feminilidade. Não é a ausência do pênis que provoca o complexo, e sim o conjunto da situação; a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo confirma a ideia da superioridade masculina. (IBID, 2016, p 72).

As diferenças de gênero visto pela ótica da biologia “confina a mulher em seu sexo” (IBID, 2017, p. 01), como se não houvesse outro destino que não a maternidade, cuidar e zelar pela prole, “É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação “natural”” (IBID, 2016, p. 279). Quanto mais a mulher se opõe a esta vocação mais pesado será o seu destino.

[...] a escravização do organismo a função reprodutora é mais imperiosa nem mais dificilmente aceita: crises da puberdade e da menopausa, “maldição” mensal, gravidez prolongada e não raro difícil parto doloroso e por vezes perigoso, doenças, acidentes são características da fêmea humana. Poderíamos dizer que se destino se faz tanto mais pesado quanto mais ela se revolta contra ele, afirmando-se como individuo. (IBID, 2017, p 59-60).

No fim do século XVII o estudioso Johan Ernst Graaf realizou algumas experiências biológicas, dando grande importância aos “animálculos espermáticos” no processo de reprodução. A hipótese afirmava que através do coito os animálculos penetravam o útero feminino para alimentar-se. Nessa hipótese a mulher limitava-se a nutrir o princípio ativo masculino que antes mesmo da fecundação já se encontrava perfeitamente constituído.

“[...] descobriram-se os “animálculos espermáticos” e verificou-se que penetravam no útero feminino, mas pensava-se que se restringissem a se alimentar aí, [...] a limitava-se, pois nessas hipóteses, a nutrir um princípio vivo ativo e já perfeitamente constituído.” (IBID, 2017, p.36).

A mulher se comparada ao homem fisicamente é mais fraca, possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menor capacidade respiratória, e quase sempre não pode competir com um homem a nível físico. E sob essas fraquezas restringem o sexo feminino e subjagam a mulher ao paradigma masculino. Porém, a ideia de posse teria mais sentido pelo emprego da força corporal, quando não é utilizado a um nível além do necessário, as diferenças seriam nulas.

A mulher é mais fraca do que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menor capacidade respiratória; corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. A essa fraqueza acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle e fragilidade de que falamos; temos menos firmeza e menos perseverança em projetos os quais é também menos capaz de executar. Isso significa que sua vida individual é menos rica do que a do homem. (IBID, 2017, p 62).

A biologia é *a priori* da opressão feminina, com o princípio de sexismo biológico é a marca da “inferioridade natural” (BEAUVOIR, 2016). A aplicação da biologia na questão de gênero nos faz perceber as diferença biológica como social. Segundo Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty “o corpo não é uma coisa, é uma situação: é a nossa tomada de posse do mundo e o esboço de nossos projetos”.

A sujeição da mulher á espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade. (IBID, 2017, p 65).

### 3. DADOS MITOLÓGICOS

O mito vem da palavra grega *mythos* que traduzido significa, discurso ou narrativa. Isto é, o mito consiste em uma historia narrada podendo ela ser verdadeira ou falsa. De acordo com Lévi-Strauss o mito possui grande influencia dentro do contexto de diversas

culturas, sendo a bússola que norteia a forma de agir de um determinado povo em um dado espaço de tempo. Lévi-Strauss delibera que dentro de cada narrativa mitológica existe uma lógica cabível apenas aquela sociedade, porém pode ser difundida e ganhar novos anexos através dos anos.

Uma criação «fantasiosa» da mente num determinado lugar seria obrigatoriamente única – não se esperaria encontrar a mesma criação num lugar completamente diferente. [...] onde acaba a mitologia e onde começa a História? No caso completamente novo para nós de uma História sem arquivos, sem documentos escritos, apenas existe uma tradição verbal, que aparece ao mesmo tempo como História. (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 17/46).

O mito da Gênese do cristianismo declara Eva à primeira mulher do mundo como o Outro, aquela que não deveria ter sido criada, foi um acidente, nem mesmo foi criada da mesma matéria que o homem, seu nascimento não foi autônomo, foi criada apenas para salvar Adão da solidão, essa é sua origem e seu fim, ela é apenas seu complemento, não seu essencial. Eva foi eternamente destinada a Adão.

A lenda da Gênese que, através do cristianismo, se perpetuou na civilização ocidental. Eva não foi criada ao mesmo tempo que o homem; não foi fabricada com uma substância diferente, nem com o mesmo barro que serviu para moldar Adão: ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si para ser por ela adorado em paga: destinou-se ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lha deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo inessencial. E assim ela surge como o Outro. [...] “A natureza é boa demais, pois deu a mulher aos homens”. Nessa frase e em outras análogas, o homem afirma uma vez mais com arrogante ingenuidade que sua presença neste mundo é um fato inelutável e um direito, enquanto a da mulher é um simples acidente. Aparecendo como o Outro, a mulher aparece ao mesmo tempo como uma plenitude de ser em oposição a essa existência cujo vazio o homem sente em si; o Outro. (BEAUVOIR, 2016, p. 201).

O romance *the physiology of marriage* do escritor francês do século XVIII, Honoré de Balzac, deixa claro em sua obra relação de homem e mulher em consonância com os ideais cristãos, um manual a ser seguido.

Não vos inquieteis absolutamente com esses murmúrios, esses gritos, essas dores; a natureza fê-la para nosso uso, e para tudo aguentar: filhos, tristezas, pancadas e penas do homem. Não vos acuseis de dureza. Em todos os códigos de nações ditas civilizadas, o homem escreveu as leis que regulam o destino das mulheres sobre essa epígrafe sangrenta: “Vae victus” Desgraçados sejam os fracos. (BALZAC, 2000, p. 246).

O mito da feminilidade, cujos membros estão intrínsecos no paternalismo, inicia-se na infância quando meninos e meninas são separados e cada um imerge em seus mundos, integrando a menina no “universo feminino”, enquanto os meninos aprendem a ler, escrever, aprendem sobre políticas e questões sociais; as meninas em contrapartida

aprendem a costurar, limpar, cuidar da casa e cozinhar – confinando-as aos afazeres domésticos.

Investia-se na aprendizagem da leitura, escrita, oratória, poesia e matemática para que os meninos pudessem se tornar os líderes que iriam manter as cidades no amanhã. A rigidez nos estudos era grande, por isso mesmo era dada aos tutores a possibilidade de aplicar castigos físicos aos meninos e rapazes que não se aplicassem nos estudos. Enquanto isso, as meninas eram educadas em casa, pelas mães, sempre tendo como objetivo de aprendizagem os afazeres domésticos e femininos consagrados, ou sejam: fiar, tecer, ler, escrever, contar, o cancionário e as histórias populares e também os trabalhos domésticos. (MACHADO, 2005, p. 02)

As jovens são ensinadas a esperar pelo casamento e a cuidar da família, são ensinadas a sutilmente seduzir, vestir-se com roupas incomodas; para serem aceitas socialmente adotam uma postura dócil e passiva, pois não convém às mulheres tomar atitude, esse é um privilégio apenas para os homens. É nesse momento da história feminina que o casamento torna-se seu maior triunfo, seu melhor destino, caso contrário sobra-lhe o escárnio da solteirice.

Ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que da toalete, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incomodas e preciosas das quais precisa cuidar, penteiam-na de maneira complicada, impõe-lhe regras de comportamento: “Endireite o corpo, não ande como uma pata”. Para ser graciosa ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino. [...] Assim a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” [...] Tratam-na como uma boneca viva e recusando-lhe a liberdade. [...] O destino que a sociedade propõe tradicionalmente a mulher é o casamento. (BEAUVOIR, 2016, p. 24-26/187)).

#### **4. PATERNALISMO E O MOVIMENTO FEMINISTA**

Nos modelos de sociedade antiga é comum identificar características da cultura patriarcal, que alude a posição masculina por excelência e a feminina como elemento secundário. O homem reafirma sua força física e capacidade cognitiva, e refere-se ao destino fisiológico da mulher como “a maternidade sua vocação natural, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie” (IBID, 2016, p. 279). O modelo patriarcal é atavicamente passado por gerações, sob o pretexto de religião e harmonia familiar. Ao passo que o homem tinha o dever de ser o provedor financeiro e líder familiar, e toda a família lhe deve obediência e submissão, “é o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada, nessa família a mulher é oprimida. O homem reina soberanamente.” (IBID, p. 85) Existia a relação de pertencimento como de um senhor para com seu escravo “senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se

também proprietário da mulher” (IBID, p. 84). Lévi-Strauss obre o modelo patriarcal infere:

A mulher condição concreta da mulher não é afetada pelo tipo de filiação, patrilinear, matrilinear, bilateral ou diferenciado (não sendo nunca rigorosa a diferenciação), ela se encontra sempre sob a tutela dos homens; a única questão consiste em saber se após o casamento ela fica sujeita à autoridade do pai ou do irmão mais velho – autoridade que se estende também aos filhos – ou se ela se submete, a partir de então a autoridade do marido. [...] A mulher não é nunca senão o símbolo de sua linhagem (IBID, 2016, p. 106).

Em 1792 Mary Wollstonecraft em sua obra intitulada *Defesa dos Direitos da Mulher*, denunciando as ideias de Rousseau sobre a mulher, contesta a existência de diferenças “naturais” no caráter e na inteligência de meninos e meninas. Segundo Mary a inferioridade feminina viria apenas da sua falta de acesso à educação, amplamente difundida entre seus opostos. Mary foi à voz mais conhecida do feminismo no século XVIII.

Para que a humanidade seja mais perfeita e feliz é necessário que ambos os sexos sejam educados segundo os mesmos princípios. Mas como será isso possível, se apenas a um dos sexos é dado o direito à razão? [...] é preciso que também a mulher encontre a sua virtude no conhecimento, o que só será possível se ela for educada com os mesmos objetivos que os dos homens. Porque é a ignorância que a torna inferior... (Alves, 1991, p 36).

Marx e Engels em 1842, foram os primeiros homens a se pronunciar contra o modelo de família patriarcal, assumiram a defesa da mulher, particularmente em direito ao divórcio. Rejeitaram a ideia de casamento indissolúvel e se opuseram a ideia de casamento como fato social coercitivo.

No seu artigo, "O projeto de lei sobre o divórcio", Marx nos revela todos os erros e todas as contradições do projeto prussiano, elaborado em julho de 1842. Ele nota, entre outras coisas, que o casamento não é considerado pela lei como uma instituição moral, mas como uma instituição religiosa e eclesiástica, e que, por conseguinte, a essência laica do casamento é desprezada. Se a lei não pode decretar a moralidade, ela pode muito menos sancionar juridicamente a amoralidade. Se o casamento não fosse o fundamento da família, seria menos objeto de legislação do que, por exemplo, a amizade. Ninguém é forçado a contrair um matrimônio, mas todos são obrigados a se submeterem às leis referentes ao casamento, desde que se casem. (RIAZANOV, 2011).

Em meados do século XIX, o pensamento começa a mudar, com o advento da industrialização o cenário econômico e social sofre grandes mudanças, e gradualmente as mulheres começam a se organizar e recusar determinadas imposições no casamento. Em consequência do grande número de guerras e da constante ausência masculina, a mulher assume os negócios da família, sendo necessário entender de contabilidade,

legislação, efetuar transações comerciais. A maior participação da mulher na esfera extradoméstica deu-se pelo afastamento do homem por razão da guerra. (Alves, 1991, p 34).

No fim do século XIX e o capitalismo tem sua ascensão, o desenvolvimento tecnológico e a introdução de maquinários nas indústrias manufatureiras e fabris, afetando impreterivelmente o trabalho feminino, antes realizado em domicílio foi transferido para o sistema industrial. Aumentando o contingente feminino da mão de obra operária.

[...] a consolidação do sistema capitalista trará consequências profundas tanto para o processo produtivo quanto para a organização do trabalho como um todo, e para a mão de obra feminina, em especial. O sistema de produção manufatureira [...] transferindo para as fabricas tarefas antes executadas a domicílio, e aumentando enormemente o contingente feminino da mão de obra operária. (IBID, 1991, p. 36-38).

## 5. MATERIALISMO HISTÓRICO NO MOVIMENTO FEMINISTA

Compreendemos, que até aqui que a força física era a característica principal de domínio masculino, e que a “mulher era estreitamente submetida à espécie”. (Beauvoir, 2016)

Em tempos em que o trabalho tratava de brandir pesadas maquinas, enfrentar animais selvagens, a ausência de força física da mulher constituía uma inferioridade flagrante, basta que uma ferramenta exija uma força ligeiramente superior a que depõe a mulher para ela se apresente radicalmente impotente. (BEAUVOIR, 2016, p. 83).

Porém, em um novo momento advindo da *Revolução Industrial*, as máquinas ganham nova modelagem, tornando seu uso mais democrático, ou seja, a força física não é mais necessária para manejar as máquinas, transportando a mulher a um nível quase que equiparado a seu oposto no mercado de trabalho. Simone de Beauvoir sobre a entrada da mulher na indústria diz: “Assim, o manejo de numerosas máquinas modernas não exige mais do que uma parte de recursos viris. Se o mínimo necessário não é superior às capacidades da mulher, ela torna-se igual ao homem no trabalho” (IBID, 2016, p 84).

A mulher começa a compartilhar com o homem as terríveis condições de trabalho vigentes naquele período, como jornadas de 14, 16 e até 18 horas com salários muito inferiores ao dos homens; a justificativa para os baixos salários era de que a mulher não necessitava de trabalho e supostamente alguém as sustentava (ALVES, 1991, p. 38). A falta de qualificação profissional feminina consequentemente delegava-lhe posições subalternas na produção fabril, gerando uma desvalorização do trabalho, por conseguinte, salários baixos. Em decorrência da mão de obra barata, as indústrias

começam a contratar mais mulheres para suas linhas de produção (IBID, p. 38). Neste período os movimentos femininos da França, Rússia, Alemanha e Inglaterra, organizam-se para reafirmar a mulher no mercado de trabalho, lutando por melhores condições de trabalho e a entrada na esfera pública. (IBID, p. 41).

Engels em *A origem da família* compara a mulher ao escravo do campo e aos donos de indústrias ao senhor da casa grande “A propriedade privada aparece; senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher”. Bebel em *A mulher sob o Socialismo* compara a mulher ao proletariado, “A mulher e o proletariado, são ambos oprimidos” (BEAUVOIR, 2016, p. 85). Com as resistências do velho paternalismo capitalista que oprimia a mulher e impedia a igualdade, o apogeu da centralização masculina familiar, dá início a uma nova mentalidade, de que a opressão social feminina é consequência da opressão econômica. Engels e Bebel “o poder de uma classe sobre a outra terminará, e com ele, terminará o poder do homem sobre a mulher”. (ALVES, 1991, p. 41). Dentro da *ideologia alemã*, Marx e Engels afirmam que o primeiro passo para a emancipação - não o último - é a inserção da mulher no trabalho social e produtivo.

Para que a emancipação se torne factível é preciso, antes de tudo, que a mulher possa participar da produção em larga escala social e que o trabalho doméstico não a ocupe além de uma medida insignificante. (MARX, ENGELS, 1974, p 182).

Sob essa ótica, o problema da mulher reduz-se ao de sua capacidade de trabalho. E deste modo, podemos inferir que “o destino da mulher está intimamente ligado ao socialismo” (BEAUVOIR, 2016, p. 85), que através da constante luta das mulheres trabalhadoras por seus direitos, rompem o silêncio projetam suas reivindicações na esfera pública; avançando as lutas operárias unindo homens e mulheres aos sindicatos em defesa de sua classe (ALVES, 1991, p. 41). Ricardo Antunes sobre a relação do capitalismo e proletariado:

Constata-se, pois, um processo de homogeneização das necessidades do ser social que trabalha, “que deve privar-se de todas as necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo”. (ANTUNES, 2015, p 163)

## **6. MOVIMENTO FEMININO NA RÚSSIA SÉCULO XX**

Como na maioria dos países capitalistas a condição da mulher na Rússia czarista era intragável. No início do século XX, 88% das mulheres não sabiam ler ou escrever, em determinadas partes do país o regime paternalista ainda era vigente (ALVES, 1991, p. 46).

A Revolução Socialista do Partido dos Bolcheviques, liderado por Vladimir Lênin, derruba em março de 1917 a autocracia russa do governo de czar Nicolau II. Após a tomada do poder, a Revolução abala profundamente o estado das coisas, e colocar a mulher em outro patamar pela luta de seus direitos (VILELA, 2005). “Lênin, fiel à tradição marxista, une a emancipação das mulheres à dos trabalhadores; dando-lhe igualdade política e igualdade econômica” (BEAUVOIR, 2016, p. 184). Promulga o direito ao voto e a participação pública, institui a jornada de trabalho de 8 horas diárias as mulheres, proíbem o trabalho noturno e nas minas; aprovam subsídios de licença maternidade remunerada. Sob a nova legislação foi determinado salários iguais para homens e mulheres quando efetuassem o mesmo trabalho e na mesma quantidade (IBID, p.184-185). Parafrazeando Evelyne Sullerot (militante feminista francesa): “pela primeira vez uma nação proclamava o princípio de para trabalho igual, salário igual. Um sonho distante para muitas mulheres do mundo capitalista naquela oportunidade”. O artigo 122 da Constituição de 1936 diz que: “na URSS, a mulher goza dos mesmos direitos que os homens em todos os campos da vida econômica, oficial, cultural, pública e política” (IBID, p. 184). O Código Penal, por sua vez, determinou punições para os que buscassem impedir que isto se realizasse. Lênin sobre a emancipação feminina:

[...] das vergonhosas leis que estabeleciam a inferioridade jurídica da mulher, que punham obstáculo ao divórcio e exigiam para concretizá-lo requisitos odiosos, que proclamavam a ilegitimidade dos filhos naturais (...). Em todos os países civilizados subsistem numerosos vestígios destas leis, para a vergonha da burguesia e do capitalismo. Temos mil vezes razão para nos sentirmos orgulhosos do que temos feito neste sentido. (LÊNIN, 1980, p 65).

## **7. MOVIMENTO FEMININO NOS EUA E EUROPA NOS ANOS 60 E 70**

Durante um período o movimento feminino esfriou-se, a obra da autora francesa Simone de Beauvoir publicada em 1949 sob o título *O segundo sexo*, Beauvoir reanimou as forças femininas e trouxe uma análise de um marco que constitui a reflexão feminista; em questões relativas à biologia, psicanálise, materialismo histórico, mitos e a história da educação. O livro se tornou referência dentro do movimento feminista (ALVES, 1991, p. 50-52).

É a partir da década de 60 que o movimento feminino integrou em sua luta as reivindicações voltadas no exercício de direitos – políticos, civis e especialmente trabalhistas, pois havia o entendimento que a emancipação feminina viria a partir da emancipação econômica e posicional nas condições de trabalho; questionando as raízes

históricas destas desigualdades, recusando de todas as formas de hegemonia – denunciando à inferioridade “natural” calcada sob fatores biológicos, à ideia a mulheres estaria confinada a sua própria natureza, o homem ao mundo externo e a mulher internamente como procriadora.

A partir da década de 60, o feminismo incorpora, portanto outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis – questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denúncia desta forma a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” da mulher calcada em fatores biológicos. Questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; a mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Essa diferenciação de papéis na verdade mascara uma hierarquia que delega ao homem a posição de mando. (IBID, 1991, p. 54-55).

Durante o curso do movimento nos EUA e parte da Europa o nome de Betty Friedan se destacou, Betty fundou a NOW (National Organization for Women), que em seguida deu origem ao Movimento de Libertação da Mulher. Fazendo emergir o Novo Feminismo, ou First Wave Feminism (Primeira Onda feminista) convocando as militares para atuarem nas lutas feministas, e também nas lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e o fim da Guerra do Vietnã. (Davis, 2016, p. 34). Dessa maneira, o movimento feminino foi ganhando milhares de seguidoras, e garantiu seu espaço na sociedade ocidental.

Centenas de mulheres brancas de classe média entraram no movimento abolicionista e encontraram nas suas irmãs de cor a mesma opressão, na questão negra racial e social, as mulheres “brancas”, viram sua oportunidade de unidas lutarem pela de emancipação social desafiando a supremacia masculina. Angela Davis sobre a união dos movimentos:

Ali, descobriram que o sexismo, que parecia inabalável no casamento, poderia ser questionado e combatido na arena da luta política. Sim, as mulheres brancas podiam ser instadas a defender intensamente seus direitos *enquanto mulheres* a fim de lutar pela emancipação do povo negro. (Davis, 2016, p 52).

Foi neste momento que as mulheres unidas levantaram questionamentos específicos a cerca de sua condição, queimaram sutiãs em praça pública rejeitando todas as antigas repreensões, e proclamando sua liberdade. O tema da sexualidade passou a fazer parte das discussões, métodos contraceptivos, “Nosso corpo nos pertence”, era o coro unísono que ecoava de varias partes do mundo. E elas tornavam-se, assim, conscientes de que poderiam explorar sua sexualidade e o direito de ter prazer, sem haver o risco de gravidezes não desejadas, e sem o julgamento religioso. Após as manifestações muitas militantes foram exiladas (ALVES, 1991, p. 59).

O enfrentamento que o feminismo da década de 70 se movimenta emerge com inegável força política, e enorme potencial de transformação social, desenvolvendo atividades permanentes de grupos de trabalhos, pesquisas, debates, cursos, publicações, com grande engajamento militante feminino – participam abertamente das mobilizações que levam milhares de mulheres às ruas por suas reivindicações. Em algumas categorias as reivindicações são: *Sexualidade e Violência* – A contenção exercida sobre a sexualidade da mulher como a primeira forma de dominação de sua potencialidade, denunciando a manipulação do corpo feminino e a violência a que é submetido. *Saúde* – Apropriação do conhecimento do corpo, expurgando a ignorância que aliena sobre seu funcionamento. *Ideologia* – Mudar o sistema pedagógico e inserir a mulher com objetivo de perpetuar a igualdade. *Formação profissional e mercado de trabalho* – A luta pelo fim da diferenciação das condições de trabalho, igualdade salarial e melhorias nas condições de trabalho (IBID, 1991, p. 58-66).

## 8. A MERCANTILIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

Diante da multiplicidade de processos, expressão das intensas transformações na estrutura social, a inserção da mulher como mão de obra assalariada, veio como um grande avanço no que concerne à emancipação feminina, recebida com gratidão e promessas de liberdade. A opressão não se via mais atrelada as diferenças biológicas e místicas – agora se concentrava no aspecto econômico (BEAUVOIR, 2016, p. 166). Após a consolidação da revolução industrial e as mudanças no processo de produção fabril, a indústria tornou-se fundamentalmente *fordista e taylorista*, isto é, através da linha de montagem a produção torna-se e severamente cronometrada. Antunes sobre o processo de produção pós-revolução industrial:

Iniciamos, reiterando que entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e produtos homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em serie fordista [...] (ANTUNES, 2015, p 35).

A luta pela necessidade de se “manter vivo” (IBID, 2015, p 163), submete homens e mulheres a qualquer *labor*, configurando a tendência da precarização do trabalho. Os donos de indústrias detentores do poder dado pelo capitalismo sobre a mão de obra, desejosos em obter o máximo de lucro possível, comodificam o trabalhador a fim de usar e descartar como lhe convier, reduzindo seu status ao de mercadoria e bem de

consumo *não durável*. Bauman (2008) sobre a comoditização da mão de obra diz: “Com o novo espírito do capitalismo. A preferência, entre os empregadores, por empregados “flutuantes”, descomprometidos, flexíveis, “generalistas” e em última instância, descartáveis (do tipo pau-para-toda-obra)”.

O capital geria a classe trabalhadora e o processo de *feminização do trabalho* que “em 1906 atingia 37,7%” (Perrot, 2005) do contingente da força de trabalho, gerando uma divisão sexual do trabalho. As atividades que necessitassem de maior qualificação ou que proviam mais dinheiro eram frequentemente designadas aos homens, enquanto aquela de menor qualificação e de trabalho intensivo destinava-se, sobretudo as mulheres, imigrantes e negros. (ALVES, 1991, p 27).

As indústrias que se iniciavam necessitavam de uma mão de obra de baixo custo, e isso levava a contratação de operárias, pois a mão de obra feminina era monetariamente desvalorizada e, portanto, altamente lucrativa para o seu empregador. Os patrões muitas vezes as preferem aos homens, “Trabalham melhor e mais barato” (BEAUVOIR, 2016, p. 166). Marx em O capital conta uma historia do sr. E.:

[...] disse-me que só empregava mulheres nos seus teares mecânicos, que dava preferencia as casadas e, entre elas as que tinham família em casa, porque mostravam mais atenção e docilidade do que as celibatárias e trabalhavam até o esgotamento de suas forças, a fim de conseguir os meios indispensáveis à subsistência dos seus. (IBID, 2016, p. 167).

O processo de exploração da mão de obra se dava pela constante ameaça do descarte, da troca e obsolência da mulher trabalhadora. O capitalismo constituía a ideia “*do corpo construído para o trabalho*” (ANTUNES, 2015, p 162), que suportassem a jornada de trabalho que por vezes chegava a 17 horas, de forma que deteriorava o corpo submetido frequentemente às condições de trabalho. Dos corpos era esperada a mesma proatividade de “máquinas que não dormiam, não comiam e não falavam” (SANTAELLA, 1997, p. 37). Uma metáfora no que narra a mercantilização e exploração do trabalho feminino. Antunes (2015) sobre o trabalho feminino diz:

[...] a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, garantindo a esfera de reprodução societal. (IBID, 2015, p 141).

## 9. CONSIDERAÇÕES

Portanto, tenho observado que de todas as formas de opressão que a mulher foi submetida ao longo da história, o estigma da desigualdade salarial nos persegue até os

dias de hoje, segundo o IBGE a cada US\$1 recebido por trabalhadores homens, US\$0,73 é pago a mulheres exercendo a mesma função, ou seja, apesar de todas as conquistas alcançadas até hoje, no cenário do trabalho, ainda existem paredes dos antigos modelos sociais e econômicos.

Apesar dos avanços e conquistas de direitos adquiridos pela e através da luta e reivindicações históricas do movimento feminista, a mulher, de maneira ideológica – enquanto discurso de inversão da realidade – permanece em posições culturais e econômicas ainda inferiores em relação ao universo masculino sendo, no entanto, ambos os gêneros, inseridos em maior ou menor grau de intensidade e degradação em condições de desqualificação social que envolvem os trabalhadores no modo de produção pós-fordista. Mas, no caso da mulher, existe um agravante: a impossibilidade de elas ainda terem que lutar pelo direito universal de decidirem sobre seus corpos e de existir enquanto sujeito, e não como objeto.

Neste modelo coisificação (a transformação de sujeitos – que pensam, agem e decidem por si próprios – em objetos), as reivindicações de gênero contemporâneas têm se mostrado cada vez menos capazes de abarcar as problemáticas relativas às peculiaridades do universo feminino, uma vez que a mulher, a partir de meados da década de 1990 – com a intensificação do trabalho terceirizado (subproletariado industrial) e todas as consequências que a flexibilização da “pejotização” acarretou à classe trabalhadora – tornou-se ferramenta produtiva fundamental para a manutenção do processo de acumulação de mercadorias, especialmente nas economias da periferia do mundo capitalista ocidental. Além de constituir-se, em sua maior franja econômica, como mão de obra obsoleta e desqualificada, o corpo feminino que vive do trabalho tem estabelecido valor de troca indispensavelmente rentável do ponto de vista dos interesses privados do capital, uma vez que a combinação entre salários baixos, jornadas de trabalho elevadas e degradantes, e a intensificação de contratos temporários ampliou os ganhos (lucro) produtivos industriais na mesma proporção que restringiu o acesso aos direitos trabalhistas, especialmente àqueles relacionados ao salário-indireto (13º salário, férias, auxílios alimentação e de transporte, entre outros) do universo formal.

O lucro e a rentabilidade, sob este paradigma, são inversamente proporcionais às garantias trabalhistas abarcadas pela formalidade laboral, relação econômica distinta (para não dizer oposta) àquela vivida pela universalidade do trabalho até o final da década de 1980, no Brasil.

Neste contínuo e inequívoco processo de desqualificação social, o ser que vive do trabalho se reconhece cada vez menos enquanto pertencente a uma classe (a trabalhadora), a um mesmo grupo social universal que possui afetações semelhantes seja no Japão, no Brasil, na França ou no Peru. Fragmentada, a classe deixa de ser entendida como classe e perde suas referências históricas e simbólicas enquanto grupo que luta e reivindica por direitos.

Tal estranhamento – quando o trabalhador não se reconhece naquilo que produz – transforma o corpo efetivo e simbólico do ser que trabalha em objeto coisificado, um ser social inanimado, e por isso descartável, da capacidade de sentir, pensar e agir por si próprio, de maneira autônoma e competente. E, a mulher, enquanto trabalhadora, é parte funcionalizante do processo de precarização do universo do trabalho no instante em que é condicionada ao “capital humano” que retroalimenta tal estrutura de desenvolvimento em escala global.

Assim como o machismo e o racismo são instrumentos sociais e historicamente construídos de naturalização da desigualdade, as novas condições impostas ao universo do trabalho – através da política de precarização – submetem o universo feminino a um novo tipo de violência de dominação no qual nada mais precisa ser pronunciado ou verbalizado, está instituído nas entranhas das relações intersubjetivas sob a forma do medo do desemprego e da esperança, ainda que pela ocupação degradada e subjugada das novas formas assumidas pelo trabalho no século XXI.

Apesar de remodelados e reajustados sob a nova roupagem assumida pelo capitalismo nas economias periféricas, os obstáculos que dificultam a emancipação da mulher enquanto sujeitos sociais e políticos ainda atuam e permanecem no cotidiano feminino doméstico e de trabalho na sociedade brasileira contemporânea.

Emancipação significa apropriação. Afinal, somente assim, será possível encontrar uma nova forma de ser e de estar para o corpo feminino no ambiente degradante e contrassubjetivo da sociedade brasileira atual, contraposição necessária àqueles que usufruem do poder ideológico da autoridade patriarcal que insiste em violar, física e psiquicamente, o corpo que vive do trabalho.

---

## 10. REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho/ São Paulo: Cortez, 2015.

BAUMAN, Z. Vida para o Consumo - A transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro - 2008 - Zahar.

BALZAC, de Honoré. **The physiology of marriage.** London: Echo Library, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos/ Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo:** A experiência vivida/ Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe/ São Paulo: Boitempo, 1. Ed. 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família,** da sociedade privada, e do Estado/ São Paulo. Editora Escala. 2ª Ed. 2002

LÊNIN, V. I. **Sobre a emancipação da mulher.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MACHADO, A. J. L. **A vida em família na antiguidade clássica:** como eram as relações familiares na Grécia e Roma antigas. Em: < <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/impressao.asp?artigo=405>>. Acesso em 14 de maio de 2017.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A sagrada Família.** São Paulo/ Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo/ Boitempo, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

RIAZANOV, David. **A Doutrina Comunista do Casamento.** Em: < <https://www.marxists.org/portugues/riazanov/ano/casamento/cap01.htm>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

SANTAELLA, Lucia. **O homem e as máquinas.** Em: < [http://lcead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/santaellahomemmaquinas-110607144805-phpapp01%20\(1\).pdf](http://lcead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/santaellahomemmaquinas-110607144805-phpapp01%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

STRAUSS, Claude-Lévi. **Mito e significado.** São Paulo: Lisboa, 70. Ed, 1978.